

**A participação da mulher no mercado formal de trabalho industrial cearense:
comparativo entre os anos de 2006 e 2014**

Denis Fernandes Alves¹

William Eufrásio Nunes Pereira²

Francisco do O' de Lima Júnior³

Resumo: Este trabalho objetiva congrega as adversidades do emprego industrial no Ceará subdividido entre os sexos. O recorte temporal escolhido, fundamenta-se no interesse em observar a evolução recente da participação feminina no mercado formal de trabalho industrial antes (2006) e após os dois mandatos do governo Cid Gomes (2014). A metodologia utilizada é de caráter exploratório, utilizando-se de análise estatística, já os dados utilizados são de natureza secundária, provenientes da RAIS/MTE. Fez-se um comparativo entre os dois períodos (2006 e 2014), verificou-se que houve aumento no número absoluto de mulheres inseridas no mercado formal de trabalho cearense, porém, em termos relativos ocorreu diminuição em relação aos homens, entre os dois anos em análise. Logo, observou-se que não houve avanço significativo na inserção feminina na atividade industrial cearense no período estudado.

Palavras-chave: Indústria; Mercado de trabalho; Mulher; Ceará.

**The participation of women in the formal cearense industrial labor market:
comparative between the years of 2006 and 2014**

Abstract: This work aims to combine the adversities of industrial employment in Ceará subdivided between the sexes. The chosen time frame is based on the interest in observing the recent evolution of female participation in the formal industrial labor market before (2006) and after the two mandates of the Cid Gomes government (2014). The methodology used is exploratory, using statistical analysis, since the data used are secondary in nature, from the RAIS / MTE. A comparison was made between the two periods (2006 and 2014), it was verified that there was an increase in the absolute number of women inserted in the formal labor market of the state of Ceará, but in relative terms there was decrease in relation to the men between the two years under analysis. Therefore, it was observed that there was no

¹ Mestrando em Economia pelo Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGECO/UFRN); graduado em Economia pela URCA; Pesquisador de Grupo de Estudos em Territorialidades Econômicas e Desenvolvimento Regional e Urbano (GETEDRU/DE-URCA) e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Espaço, Trabalho, Inovação e Sustentabilidade (GEPETIS).

² Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Professor Adjunto do Departamento de Economia da UFRN; Professor do PPECO/UFRN; Pesquisador do GEPETIS.

³ Doutor em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da UNICAMP; Professor Associado do Departamento de Economia da URCA, Crato/CE; Professor do Programa de Pós-graduação em Dinâmicas Territoriais do Semiárido (PLANDITES/UERN, Campus Pau dos Ferros/RN) Pesquisador do GETEDRU.

significant advance in female insertion in the industrial activity of Ceará in the period studied.

Keywords: Industry; Job market; Woman; Ceará.

Introdução

Nas últimas três décadas do século XX e início do século XXI, a evolução da participação feminina no mercado de trabalho brasileiro foi evidentemente confirmada, tanto no mundo como no Brasil. Tal dinâmica pode ser atribuída a uma série de fatores, dentre os quais: a busca por independência e estabilidade financeira; o aumento de mulheres chefes de família; a necessidade de complementar a renda familiar; a diminuição na taxa de fecundidade; o aumento da escolaridade feminina, dentre outros.

Atualmente, o perfil feminino modifica-se em relação a séculos anteriores. Segundo Ramos (2000) além de trabalhar e ocupar cargos de responsabilidade, assim como os homens, ela aglutina as tarefas tradicionais.

De acordo com Probst (2008), a mulher deixou de ser apenas uma parte da família para se tornar o comandante dela em algumas situações. Desta forma, destaca-se quanto a força e determinação, tornando mais ávida sua inserção no mundo do trabalho.

A participação da mulher no mercado de trabalho é vital para funcionamento e sustentabilidade da economia. Sua participação no mercado de trabalho abre espaço e constrói alicerces para melhorias no seu bem-estar e na qualidade de vida. Porém essa tendência de aumento da participação da mulher no mercado de trabalho nem sempre ocorreu. É preciso lembrar que “As demandas feministas entraram na agenda política do Brasil graças à intensa e ininterrupta ação dos movimentos de mulheres” (PITANGUY; BARSTED; 2010, p,15).

O Movimento de Liberação Feminina é uma campanha para libertar as mulheres do domínio tirano dos homens (GARDNER, 2005). Foram listadas diversas injustiças contra as mulheres, por meio da Declaração dos Sentimentos (1848), nela era expressado todo o desrespeito que sofriam, a falta de oportunidade para com o

homem no mercado de trabalho, direito ao voto entre outros. Segundo Gardner (2005), os resultados foram tremendamente impactantes, elas não são mais excluídas dos ofícios de profissões nem mesmo do mundo dos negócios. Além disto, as lutas se mantêm para que as mulheres possam não só alcançar cargos de importância, como também manter igualdade *vis-à-vis* com os homens, nos diversos setores.

É a partir dos anos setenta, que a População Economicamente Ativa (PEA) feminina começa a ter maior participação no mercado de trabalho brasileiro, ela avança nos setores tradicionalmente masculinos, como a indústria. Segundo Hirata e Humphrey (1984) é particularmente notável o rápido crescimento do emprego feminino no setor industrial e de comércio.

A indústria brasileira tem obtido resultados positivos, mesmo que em proporções diferentes nas regiões, sobretudo na participação e composição do Produto Interno Bruto (PIB). A concentração industrial no Sudeste, oriunda principalmente da acumulação mercantil agroexportadora (OLIVEIRA; SOUSA, 2006), contribuiu significativamente para os valores abissais de crescimento econômico advindos da atividade industrial no período que compreende os anos 1950 até o regime militar (1964). Mesmo passando por períodos de estagnação e decréscimo, a indústria brasileira é atualmente responsável por compor 22,35% do PIB brasileiro, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2015).

Seguindo a tendência nacional, no Ceará, paulatinamente, a mulher aumenta a sua inserção absoluta na atividade econômica (ALVES; VALOIS; QUEIROZ, 2007). A começar pela capital Fortaleza e Região Metropolitana, juntamente com o turismo e o agronegócio (MACEDO; LIMA JUNIOR; MORAIS, 2014), oriunda de políticas de atração industrial (Assim como no Nordeste como um todo), atualmente seu parque industrial está concentrado na região acima referida.

Esse trabalho tem como área de estudo o estado do Ceará, e lócus de análise o mercado formal de trabalho industrial cearense. Os dados utilizados são de natureza secundária, referentes aos anos de 2006 e 2014, provenientes do banco de dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). A escolha desses anos fundamenta-se no interesse em observar a

evolução recente da participação feminina no mercado formal de trabalho industrial, no Estado do Ceará, antes (2006) e após os dois mandatos do governo Cid Gomes (1º de janeiro de 2007 até 31 de janeiro de 2014).

De acordo com o Censo 2010, na População Economicamente Ativa (PEA), as mulheres tinham uma participação de 41,87% no emprego no Ceará. No Brasil, esse número era de 43,5%. As mulheres representavam 31,68% do emprego industrial cearense no mesmo Censo, contra 22,87% da participação feminina a nível Brasil. Pode-se concluir há maior participação da mulher no setor industrial no estado do Ceará do que a nível nacional. Nesta perspectiva, será que houve maior participação das mulheres no mercado formal de trabalho da indústria cearense, durante o governo de Cid Gomes?

Nesse contexto, esse estudo tem como objetivo principal, analisar a dinâmica da participação feminina no mercado formal de trabalho cearense, especificamente, durante os dois mandatos do governo Cid Gomes, com enfoque para o ingresso feminino vis-à-vis ao masculino, no setor industrial.

Este trabalho possui, além dessa introdução, uma segunda seção em que se discorre sobre a inserção da mulher no mercado de trabalho, suas lutas e conquistas; a terceira apresenta um breve histórico do desenvolvimento industrial cearense. Na quarta seção, é descrita a metodologia, na qual se mostra como foram extraídos os dados dessa pesquisa, o método científico aplicado e como foi feita a análise dos resultados. Na quinta seção, os resultados e discussão e, posteriormente, têm-se as considerações finais acerca do estudo.

A inserção da mulher no mercado de trabalho

A emancipação econômica feminina foi um processo evolutivo, gradual e demorado, só se tornando possível quando ela pode participar em grande escala, em escala social, da produção, e quando o trabalho doméstico lhe toma apenas um tempo insignificante (ENGELS, 2009). Devido às suas constantes lutas por direitos, outrora concedidos somente aos homens, atualmente ela possui uma representatividade a qual chega a ser impensável resumi-la a uma mera participação coadjuvante. No mercado de trabalho não é diferente, seu papel de destaque não

pode ser considerado como uma simples contribuição.

Saffioti (1976 *apud* Guiraldelli, 2007), destaca em seu trabalho a importância da participação feminina na construção das riquezas, tanto no tocante a sociedade quanto na subsistência das famílias. Antes mesmo que as sociedades capitalistas tivessem se formado, seu papel como genitora e baluarte da estrutura familiar mostrou o quão é necessária sua participação nos relacionamentos como um todo, tanto de formação capitalista, como modo de produção, quanto de formação social (ENGELS, 2009).

Embora faltem alguns bons registros sobre a sua atuação na sociedade medieval, os poucos que existem comprovam o envolvimento feminino na formação da sociedade, tanto de cunho intelectual como também com as primeiras características da divisão do trabalho por faixa etária, que na visão de Nogueira (2004) *apud* Guiraldelli (2007), as solteiras por exemplo, cuidavam da atividade de lavar e tecer, enquanto que as casadas no campo se dedicavam a atividade agrícola e funções domésticas.

Mesmo que a atividade desenvolvida pela mulher tenha sido restrita nesse período, nota-se a partir dos relatos supra o quão esses papéis foram importantes para dar sustentabilidade às demais atividades produtivas em todos os campos da ciência, tanto empírica quanto a informalidade.

Enquanto sociedade primitiva, na qual os meios de produção eram exclusivamente para subsistência, vê-se que a participação feminina trouxe um arcabouço sintetizado a respeito da formação da divisão do trabalho, o qual foi se aperfeiçoando à medida que o tempo passou.

É a partir do século XIX, por meio da consolidação do sistema capitalista que inúmeras mudanças ocorreram tanto na produção quanto na organização do trabalho feminino. Desde então, o sistema capitalista tornou possível algumas leis que beneficiaram as mulheres naquele período (PROBST, 2003).

De acordo com Probst (2003), tanto na primeira guerra mundial quanto na segunda, quando os homens saíam de casa, o papel da mulher tornava-se mais responsável. Estas se sentiam obrigadas a deixar seus afazeres diários e cuidados com os filhos, para enfrentar jornadas de trabalho, visto que muitos dos homens que iam para a guerra, não retornavam.

Já para Priore (1997) *apud* Ramos (2014) o crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho foi assegurado, também, pelo aumento do custo de vida e a monetarização da economia, forçando as mulheres a ajudarem no rendimento familiar. Desta forma, o contexto social em que é demonstrado a inter-relação feminina no mercado de trabalho é capaz de aglutinar não só responsabilidades, mas também impor respeito.

Por meio de avanços como o desenvolvimento tecnológico e o intenso crescimento da maquinaria, boa parte da mão-de-obra feminina foi transferida para as fábricas (PROBST, 2003). As formas de crescimento da participação da mulher no mercado de trabalho, especificamente na indústria, são muito em função da própria necessidade da demanda existente.

Para Hessen (2015) o que o sistema fabril oferecia a essas mulheres era, não miséria e degradação, mas um meio de sobrevivência, de independência econômica, de elevar-se da mera subsistência. A inserção da mão-de-obra feminina em fábricas é contestada pelos críticos do capitalismo do século XIX. “As fábricas foram responsáveis, segundo as críticas, por todo problema social dessa época, incluindo promiscuidade, infidelidade e prostituição” (HESSEN, 2015, p. 13), bem como, os reduzidos salários pagos, não só as mulheres, mas também as crianças em mais uma das formas de exploração capitalista em prol do lucro. É implícito o preceito reatente que a mulher tem por obrigação o trabalho doméstico, cuidar do seu lar, educar as suas crianças e dar atenção ao seu marido.

A participação feminina no mercado de trabalho intensificou-se a partir da década de 1970, com o acelerado processo de industrialização e urbanização e prosseguiu com esse feito até meados da década de 1990, com a abertura de capitais, tendo leve queda a partir da década de 2000 (RODRIGO; LEONE, 2004). Boa parte desse incremento se deu pela melhor qualidade escolar feminina, perfil etário e estado civil. Essa evolução deve-se também a necessidade de incrementar a renda familiar, por diversas razões como nos mostra Bruschini et. al (2011):

O crescimento na necessidade de contribuir para a renda familiar, em razão da elevação do nível de consumo, entre outras causas, tornou a contribuição da renda das mulheres cada vez mais importante: foi expressivo o aumento da proporção de cônjuges que contribuem para a renda das famílias: 65,8% em 2009, percentual que era de 39,1% em 1992. Atualmente, os rendimentos das mulheres constituem cerca de 41% do rendimento total das famílias (CAMARANO, 2010 *apud* BRUSCHINI ET AL 2011).

Com a questão da mulher centrada em discussões que iam desde rodas intelectuais até a participação ativa na conjuntura econômica, pensadores diversos fomentaram a base para dar credibilidade a tão sofrida luta pelos direitos antes negados a elas. Intelectuais como Stuart Mill, Michel Foucault, Beauvoir, Nancy Fraser entre outros, que abriram as portas de um mundo tão rico, mas pouco explorado até então, pelo campo do desenvolvimento.

Breve histórico do setor industrial cearense

A economia do Nordeste é profundamente marcada pelo seu passado histórico. Cano (1977) relata a herança colonial/escravista da região e a lenta recuperação de suas exportações ao longo do século XIX e sua difícil complementação com as economias do Sul do país.

Os problemas da Região Nordeste foram agravados por interesses da elite, levando o Governo Federal a intervir no desenvolvimento da região através de política regional. Tais políticas envolviam, principalmente: os incentivos fiscais, o investimento em empresas estatais, o desenho de políticas de desenvolvimento regional; e a institucionalização de órgãos de fomento e planejamento regionais.

Estes incentivos criados e direcionados para o Nordeste, em apoio a instituições instaladas, visavam oferecer para a região um plano de desenvolvimento, mediante a implementação de um parque industrial capaz de gerar empregos e modificar a estrutura econômica que prevalecia.

Além dos incentivos fiscais, outras formas de apoio também se fizeram presentes, com base em projetos prioritários para superação das desigualdades regionais entre o Centro-Sul e o Nordeste. Destaca-se, entre elas, isenções totais ou parciais dos impostos de empresas novas ou existentes, empréstimos concedidos pelos bancos oficiais, mediante aval da SUDENE, como também, isenções de grande parte de impostos estaduais, entre outras (GUIMARÃES NETO, 1989).

No Ceará, a prática de incentivos fiscais vem sendo utilizada desde 1979, redefinindo o segmento industrial do Estado. Porém, a partir do governo de Tasso

Jereissati, no final da década de 1980, surge o interesse do capital em desenvolver a industrialização (ARAÚJO, 2007).

Praticamente financiado com dinheiro público, esse projeto de transformação do estado em III Polo Industrial do Nordeste criou mecanismos que possibilitaram o financiamento das obras (ARAÚJO, 2007). Tais modificações contribuíram para a melhoria da infraestrutura do Ceará e, sobretudo, por meio da criação do porto do Pecém e do Aeroporto Internacional Pinto Martins facilitaram e ampliaram o escoamento da produção.

Metodologia

A metodologia utilizada neste trabalho é de cunho exploratório. O método utilizado foi o indutivo, pois segundo Prodanov e Freitas (2013), é “Nesse método, partimos da observação de fatos ou fenômenos cujas causas desejamos conhecer”. Os meios técnicos utilizados foram o estatístico e o comparativo. Ambos contribuem para uma boa análise de dados secundários. “O papel do método estatístico é, essencialmente, possibilitar uma descrição quantitativa da sociedade, considerada como um todo organizado” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 36). “O método comparativo, ao ocupar-se das explicações de fenômenos, permite analisar o dado concreto, deduzindo elementos constantes, abstratos ou gerais nele presentes” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 35).

Esse trabalho tem como área de estudo o estado do Ceará, e lócus de análise o mercado formal de trabalho industrial cearense. Os dados utilizados são de natureza secundária, referentes aos anos de 2006 e 2014, provenientes do banco de dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Feito isso, os dados foram retirados a partir de frequências e dados estatísticos como percentuais, somas, etc., bem como classificando-os pelo sexo. Após estes resultados, foi realizada a análise dos dados apresentados pelo programa como mostra a seção seguinte, sobre a análise dos resultados.

Resultados e discussões

Características do estado do Ceará

O Ceará, localizado na região Nordeste brasileira, é composto por 184 municípios e possuindo uma extensão de cerca de 148.825,6 km². Segundo dados do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE (2014), este estado representa 9,57% da área da região Nordeste e 1,74% da área do território brasileiro (IPECE, 2014).

Segundo dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD) no ano de 2013, o Ceará abrigava pouco mais de 8,7 milhões de habitantes, desses, quase 52% são de mulheres e os demais 48% são homens.

A densidade demográfica do Ceará em 2010 foi de 56,76 hab./km², sendo que os municípios mais densamente povoados foram respectivamente Fortaleza, Maracanaú, Juazeiro do Norte, Eusébio e Pacatuba e os municípios com menor densidade demográfica foram respectivamente Aiuaba, Arneiroz, Independência, Poranga e Santa Quitéria (IPECE, 2014).

Os municípios do Ceará apresentaram em média um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,682 no ano de 2010 (IBGE, 2014). O PIB *per capita* do Estado em 2010 foi de R\$ 9.217,00.

Dados extraídos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontam que a taxa de variação da produção da indústria no Brasil (com ajuste sazonal) no mês de janeiro de 2015 (em relação a dezembro de 2014), fora de 2%, enquanto que no estado do Ceará, no mesmo período houve uma queda de 2%.

Panorama atual da indústria cearense

Atualmente, segundo os estudos elaborados pela SETEC (2009), é possível notar no setor industrial cearense quatro divisões pertencentes a um conjunto de bens não duráveis: alimentos e bebidas, têxtil, vestuário e couro e calçados. Em unidades de produção que as compõe as duas primeiras respondem, respectivamente, por 15,3% e 26,6% do total de unidades, enquanto as duas últimas

por apenas 6,7% e 5,4%, respectivamente.

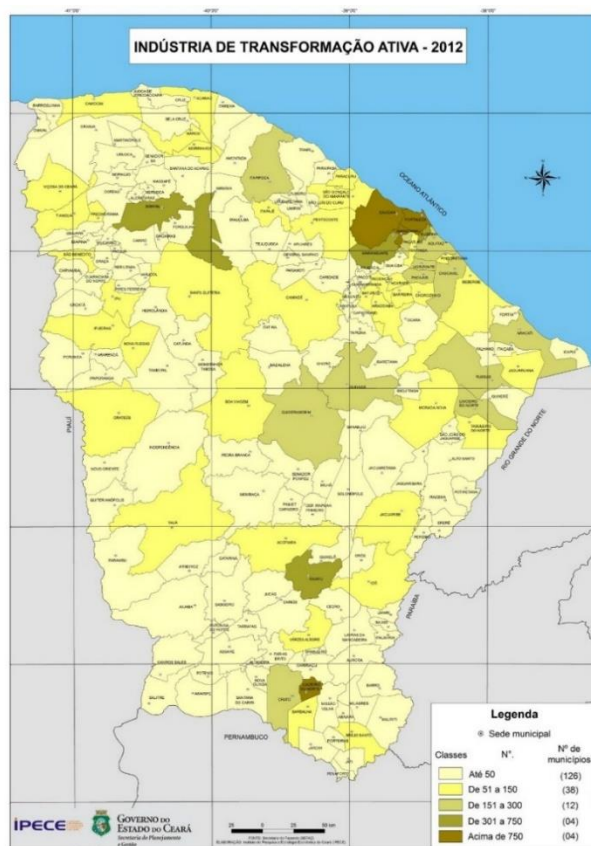
As indústrias de alimentos e bebidas, juntamente com a têxtil e vestuário compreendem a grande maioria do pessoal ocupado, gerando fluxo de renda. É possível identificar por meio do mapa do IPECE a População Econômica Ativa para o ano de 2012. A espacialidade do desenvolvimento industrial no Ceará, compreende a Região Metropolitana de Fortaleza e a municípios como Sobral, Juazeiro do Norte, Crato, Barbalha, Iguatu. Vale ressaltar o crescimento deste último no que se refere ao ramo da construção civil.

A indústria no interior do Estado é tradicionalmente marcada pela categoria de couro e calçados, bem como a indústria extrativa e transformação de minerais não-metálicos (SETEC, 2009). Nota-se este forte polo industrial, na Região do Cariri, a indústria de couro e calçados, além de desenvolver habilidades aos trabalhadores da região, proporciona emprego e geração de renda. Especificamente nas cidades de Juazeiro do Norte e Crato, este crescimento industrial vem se ampliando. Outra localidade onde destaca-se, no recebimento da indústria de calçados, é Sobral, com grandes investimentos e empreendimentos ao longo dos anos 90.

Conforme o IPECE (2012) o setor industrial do Estado do Ceará é composto por um quantitativo de 30.324 indústrias ativas no ano de 2012. Em uma quantidade total de indústrias ativas, 84,51% fazem parte do gênero de atividade referente às indústrias de transformação, 11,41% a construção civil, 0,97% ao gênero extrativa mineral e 0,66% de utilidade pública. Portanto, o forte avanço no seguimento da indústria de transformação não só compreende espaços da Região Metropolitana de Fortaleza, mas também do interior.

F

IGURA 01 - Mapa da Indústria de Transformação Ativa (IPECE) – Ceará – 2012



Fonte: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará, 2015.

Ainda neste seguimento industrial, os setores com alto impacto na produção e com maior número de indústrias foram o de vestuário, calçados, artefatos, tecidos, couros e peles com 38,31%, seguido do setor de produtos alimentares (16,85%), setor de metalurgia (7,41%) e o setor de produtos de minerais não metálicos (5,46%) (IPECE, 2012).

É possível analisar na figura 01 que a capital do Ceará é o município do Estado que compreende ao maior número de indústrias, acima de 750. Em números fornecidos pelo IPECE, o total é de 15.005, acompanhado pelos municípios de Caucaia (1.394), Juazeiro do Norte (1.280), Maracanaú (1.275) e Eusébio (520), para o ano de 2012.

No ano de 2012, a indústria cearense possuía 4.722 unidades locais industriais, o número de pessoal ocupado até 31/12 era de pouco mais de 233 mil

trabalhadores e gerava uma receita líquida de vendas no setor em torno de 25 bilhões de reais (IBGE, 2012).

Com relação a folha de pagamento, os salários, retiradas e outras remunerações aos trabalhadores do setor eram de pouco mais de 3 bilhões de reais segundo o IBGE. O Valor adicionado a preços correntes no ano de 2012 no setor da indústria no estado fora de mais de 12 bilhões de reais, tomando a 13ª posição a nível nacional e representando na região Nordeste a 3ª maior potência industrial, realizando o feito esperado pelo governo das mudanças de Tasso Jereissati.

O estado do Ceará vem representando bem os interesses outrora depositados pelo capital na intenção de desenvolver o polo industrial do estado, sendo palco para atração de capitais privados, gerando emprego e renda para a população. Isso se dá muito em virtude que a dinâmica cíclica no período recente acaba por reproduzir os interesses do capital.

Mercado formal de trabalho industrial cearense (2006/2014)

Na tabela 01 apresenta-se a distribuição do número de estabelecimentos por grande setor de atividade econômica no Estado do Ceará nos anos de 2006 e 2014, bem como a variação percentual ocorrida nesse número do primeiro para o segundo ano analisado. Em 2006 o setor de comércio possuía o maior número de estabelecimentos (46,44%), seguido pelo setor de serviços que detinha 33,84% do número total de estabelecimento em todo o estado. Em 2014, o setor de comércio e o setor de serviços, ainda eram os que possuíam a maior parcela do número de estabelecimentos, com os respectivos percentuais de 45,43% e 34,05% do número total no estado.

Como se pode perceber, em termos relativos, enquanto o setor de comércio apresenta uma leve queda, de 46,44% para 45,43%, o setor de serviços obtém um pequeno aumento, de 33,84% para 34,05%. Porém, é importante destacar que tanto o setor de comércio quanto o de serviços apresentaram um significativo crescimento no número de estabelecimentos em termos absolutos, sendo que o primeiro passou de um número de 27.860 para 44.685 estabelecimentos, e o segundo de 20.299 para 33.489, ou seja, apresentaram as respectivas variações de 60,39% e 64,98%

de 2006 para 2014. No entanto, no que tange a variação percentual do número de estabelecimento por setor, o maior destaque é para a o setor de construção civil, que obteve um crescimento de 132,86%, passando de 2.885 estabelecimentos em 2006 para 6.718 em 2014.

Tabela 01: Número de estabelecimentos segundo grande setor de atividade econômica - Ceará - 2006/2014

Setor de atividade	2006		2014		Variação (%) 2006/2014
	Abs.	(%)	Abs.	(%)	
Indústria	8.016	13,36	12.064	12,27	50,50
Construção Civil	2.885	4,81	6.718	6,83	132,86
Comércio	27.860	46,44	44.685	45,43	60,39
Serviços	20.299	33,84	33.489	34,05	64,98
Agropecuária	933	1,56	1.401	1,42	50,16
Total	59.993	100	98.357	100	63,95

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da RAIS (2006/2014).

Como o foco desse trabalho é voltado para a análise do mercado de trabalho na indústria, observa-se ainda na tabela 01 que o setor industrial cearense apresenta o terceiro maior número de estabelecimentos dentre os grandes setores de atividade econômica, e apesar de ter sofrido uma pequena redução nessa proporção, de 13,36% em 2006 para 12,27% em 2014, em termos absolutos obteve significativo aumento desse número nesse mesmo período, de 8.016 para 12.064, uma variação positiva de 50,50%.

Os dados da tabela 02 representam o número de trabalhadores formais por sexo e nos grandes setores de atividade econômica no Estado do Ceará nos anos de 2006 e 2014. É possível observar com facilidade que em ambos os períodos o setor que mais emprega no estado é o de serviços, visto que em 2006 era responsável por 59,16% dos trabalhos formais, proporção esta que sofreu ligeira queda, passando a ser de 56,80% em 2014.

Um fato importante que se deve destacar a respeito deste setor é que este emprega mais mulheres do que homens no estado do Ceará, sendo que do total dos trabalhadores do estado ligados a prestação de serviços 59,16% eram empregados por esse setor em 2006. Do total, 27,34% eram homens e 31,81% eram mulheres, e dos 56,80% empregados em 2014, 27,56% eram homens e 29,24% eram mulheres.

Pode-se perceber, em termos proporcionais, que enquanto a participação masculina nesse setor permanece praticamente a mesma, a participação feminina apresenta redução. Também é importante ressaltar que tanto homens quanto mulheres obtiveram crescimento nesse setor em termos absolutos. Nos demais setores a participação masculina no mercado de trabalho prevalece.

O setor industrial é o segundo a empregar mais pessoas no estado em ambos os períodos, abarcando 20,81% dos trabalhadores formais em 2006 e 17,84% em 2014. Nota-se que a participação do setor industrial também sofreu uma redução entre os dois anos analisados, ficando próximo, em 2014, ao setor de comércio que empregava 17,66% dos trabalhadores formais do estado. No que se refere a distribuição dos postos de trabalho por sexo nesse setor, dos 20,81% dos trabalhadores empregados observados em 2006, 12,93% eram homens e 7,88% eram mulheres, e dos 17,84% observados em 2014, 11,16% eram homens e 6,68% eram mulheres.

Tabela 02: Número de trabalhadores formais por sexo e grande setor de atividade econômica – Ceará - 2006/2014

2006						
Setor de atividade	Masculino		Feminino		Total	(%)
	Abs.	(%)	Abs.	(%)		
Indústria	127.915	12,93	77.964	7,88	205.879	20,81
Construção Civil	32.596	3,29	2.070	0,21	34.666	3,50
Comércio	87.741	8,87	53.496	5,41	141.237	14,27
Serviços	270.540	27,34	314.793	31,81	585.333	59,16
Agropecuária	19.607	1,98	2.768	0,28	22.375	2,26
Total	538.399	54,41	451.091	45,59	989.490	100,00
2014						
Setor de atividade	Masculino		Feminino		Total	(%)
	Abs.	(%)	Abs.	(%)		
Indústria	173.279	11,16	103.671	6,68	276.950	17,84
Construção Civil	85.779	5,53	7.022	0,45	92.801	5,98
Comércio	160.615	10,35	113.553	7,31	274.168	17,66
Serviços	427.846	27,56	453.933	29,24	881.779	56,80
Agropecuária	23.460	1,51	3.289	0,21	26.749	1,72
Total	870.979	56,10	681.468	43,90	1.552.447	100,00

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da RAIS (2006/2014).

Apesar da relativa redução da participação nesse setor de ambos os sexos, ao se observar em termos absolutos os dados, se constata uma elevação significativa no período 2006-2014, de 25.707 postos de trabalhos industriais por parte das mulheres e de 45.364 postos de trabalhos por parte dos homens, que demonstram que, apesar de ter ocorrido no período elevação do número absoluto de postos de trabalho em todos os grandes setores analisados, houve setores onde o número de novos postos sofreu maior elevação quando comparado ao setor industrial, ordenados conforme maior crescimento percentual relativo ao período 2006-2014, temos respectivamente os setores da construção civil, comércio e serviços seguidos pelo setor industrial e de agropecuária.

Analisando a participação feminina no mercado de trabalho de maneira geral, ainda na tabela 02, verifica-se que tanto em 2006 quanto em 2014 a proporção de mulheres empregadas no acumulado de todos os grandes setores de atividade econômica é substancialmente menor que a de homens, sendo que essa disparidade é maior em 2014. No ano de 2006 as mulheres ocupavam 45,59% dos postos de trabalho formais de todo o estado contra um percentual de 54,41% de ocupação masculina. Já em 2014 a participação feminina se reduz a 43,90%, contra 56,10% dos homens.

Entretanto, também é possível observar que ocorre aumento absoluto no número geral de trabalhadores, tanto femininos quanto masculinos, sendo que 230.377 mulheres e 332.580 homens conseguiram adentrar no mercado de trabalho formal no Estado do Ceará. Como já mencionado anteriormente, excluindo-se especificamente o setor de serviços, em todos os demais grandes setores de atividade econômica, a participação feminina na ocupação dos postos de trabalho é inferior a masculina.

A tabela 03 apresenta o número de trabalhadores por sexo e subsetor da indústria de transformação cearense nos anos de 2006 e 2014. Como é possível observar, em 2006, os três subsetores da indústria de transformação do Ceará que mais empregavam eram, respectivamente, o da indústria têxtil (25,55%), da indústria de calçados (23,55%) e da indústria de alimentos e bebidas (19,12%), sendo que apenas esses três setores eram responsáveis por 68,22% do número total de empregos na indústria cearense.

No ano de 2014 esses subsetores obtiveram um aumento no seu número absoluto de trabalhadores empregados, e ainda continuaram a ser responsáveis pela maior parcela do mercado de trabalho, mesmo observando-se uma leve queda na participação destes em termos proporcionais.

No que se refere a inserção feminina dentro da indústria de transformação do estado, verifica-se que dos 14 subsetores apresentados na tabela 03, apenas na indústria têxtil a mulher⁴, se mostrou como maioria na ocupação dos postos de trabalho, tanto em 2006, com participação de 15,12% contra 10,43 de participação masculina, quanto em 2014, com 15,32% contra 10,01%.

Na indústria cearense como um todo, a mulher apresentou uma pequena e relativa perda de sua participação nos trabalhos formais entre 2006 e 2014, onde no primeiro ano o percentual de mulheres empregadas em toda indústria era de 37,87%, passando em 2014 a ser de 37,43. Porém isso significa apenas que o número de mulheres a adentrar na indústria estadual nesse período foi menor que o número de homens, visto que o crescimento absoluto no número de homens nesse setor foi de 45.364 (variação positiva de 35,46%), contra apenas 25.707 no número de mulheres (variação positiva de 32,97%).

Conforme a tabela 04, que expõe o número de trabalhadores formais na indústria por sexo e tamanho do estabelecimento, a grande indústria concentra a maior parcela dos trabalhadores formais empregados na indústria cearense, tanto no ano de 2006 quanto no ano de 2014. Além disso, a grande indústria se caracteriza por compreender a maior porção de mulheres em comparação com as indústrias de outro porte nos dois períodos analisados. No entanto, vale destacar a ocorrência de uma leve diminuição percentual na participação da mesma no total de trabalhadores formais empregados na indústria do Ceará no decorrer de 2006 para 2014. No que se refere as indústrias de micro, pequeno e médio porte, todas estas apresentaram variações positivas em seu percentual de participação no número de trabalhadores da indústria cearense de 2006 para 2014, tanto para os trabalhadores do sexo masculino, quanto para os do sexo feminino.

⁴ Já que na indústria de calçados como é um setor predominantemente moderno acaba contratando mais homens.

Tabela 03: Número de trabalhadores formais por sexo na indústria de transformação - Ceará - 2006/2014

Setor de indústria	2006				2014			
	Masculino		Feminino		Masculino		Feminino	
	Abs.	(%)	Abs.	(%)	Abs.	(%)	Abs.	(%)
Extrativa Mineral	2.191	1,06	168	0,08	3.034	1,10	302	0,11
Prod. Mineral Não Metálico	8.022	3,90	615	0,30	13.332	4,81	1.353	0,49
Indústria Metalúrgica	8.276	4,02	863	0,42	14.853	5,36	2.485	0,90
Indústria Mecânica	2.993	1,45	708	0,34	5.025	1,81	997	0,36
Elétrico e Comunicação	1.324	0,64	413	0,20	2.023	0,73	330	0,12
Material de Transporte	2.147	1,04	163	0,08	3.195	1,15	448	0,16
Madeira e Mobiliário	5.440	2,64	868	0,42	7.431	2,68	1.055	0,38
Papel e Gráfica	4.609	2,24	1.632	0,79	6.386	2,31	2.602	0,94
Borracha, Fumo, Couros	4.714	2,29	1.521	0,74	5.313	1,92	1.997	0,72
Indústria Química	7.735	3,76	2.785	1,35	10.121	3,65	3.284	1,19
Indústria Têxtil	21.477	10,43	31.121	15,12	27.736	10,01	42.442	15,32
Indústria de Calçados	25.063	12,17	23.435	11,38	32.722	11,82	28.705	10,36
Alimentos e Bebidas	26.818	13,03	12.546	6,09	34.673	12,52	16.132	5,82
Serviço Utilidade Pública	7.106	3,45	1.126	0,55	7.435	2,68	1.539	0,56
Total	127.915	62,13	77.964	37,87	173.279	62,57	103.671	37,43

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da RAIS (2006/2014).

Tabela 04: Número de trabalhadores formais na indústria por sexo e tamanho do estabelecimento

Número de empregados por porte da indústria	2006				2014			
	Masculino		Feminino		Masculino		Feminino	
	Abs.	(%)	Abs.	(%)	Abs.	(%)	Abs.	(%)
Micro (1 a 19)	20.683	10,05	13.067	6,35	29.948	10,81	17.634	6,37
Pequena (20 a 99)	27.479	13,35	16.990	8,25	41.721	15,06	23.400	8,45
Média (100 a 499)	30.491	14,81	13.054	6,34	43.190	15,59	20.593	7,44
Grande (+ de 499)	49.262	23,93	34.853	16,93	58.420	21,09	42.044	15,18
Total	127.915	62,13	77.964	37,87	173.279	62,57	103.671	37,43

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da RAIS (2006/2014).

Ao se analisar a inserção da mulher no mercado de trabalho formal industrial por tamanho da indústria, pode-se facilmente observar a desproporção entre o número de trabalhadores do sexo masculino e feminino em 2006 e 2014, visto que as mulheres apresentam menor participação na indústria em qualquer porte analisado.

No que se refere a faixa de idade em que se encontra a maioria dos trabalhadores empregados na indústria cearense nos dois anos em análise é de 30 a 39 anos. Essa mesma faixa etária concentra o maior número de mulheres trabalhando na indústria estadual em comparação com as demais faixas etárias também nos dois períodos estudados.

Em termos percentuais pode-se afirmar que a mulher perde participação no mercado de trabalho industrial cearense nas faixas etárias que vão desde os 18 até os 29 anos entre o período de 2006 a 2014. Porém, em todas as faixas de idade acima dos 30 anos, as mulheres adquirem percentualmente uma maior participação nesse mesmo período, o que sugere uma indústria mais receptiva a aquisição de mão de obra feminina com maior maturidade. Pode-se afirmar também que, no período entre 2006 e 2014, a participação masculina segue basicamente a mesma tendência percentual de comportamento observada na participação feminina na indústria cearense por faixa de idade.

A Tabela 05 apresenta o número de trabalhadores formais da indústria cearense por sexo e por nível de escolaridade. É possível observar que em 2006 o percentual de trabalhadores formais da indústria estadual que possuíam do ensino fundamental completo até médio incompleto era quase equivalente ao número de trabalhadores com o ensino médio completo e o superior incompleto. Entretanto, o

ocorre entre 2006 e 2014 é uma significativa elevação do número de trabalhadores com ensino médio completo e superior incompleto em relação aos demais níveis de instrução.

Tabela 05: Número de trabalhadores na indústria formal por sexo e nível de instrução

Nível de instrução	2006				2014			
	Masculino		Feminino		Masculino		Feminino	
	Abs.	(%)	Abs.	(%)	Abs.	(%)	Abs.	(%)
Sem instrução até fund. inc.	37.138	18,04	18.014	8,75	27.072	9,78	11.423	4,12
Fund. compl. até méd. inc.	41.245	20,03	27.046	13,14	43.395	15,67	24.004	8,67
Médio completo até sup. inc.	45.457	22,08	30.198	14,67	93.820	33,88	62.245	22,48
Superior completo	4.075	1,98	2.706	1,31	8.992	3,25	5.999	2,17
Mestrado e Doutorado	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Total	127.915	62,13	77.964	37,87	173.279	62,57	103.671	37,43

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da RAIS (2006/2014).

O nível de instrução do ensino médio completo e superior incompleto foi o que compreendeu o maior número de mulheres empregadas na indústria do Ceará em 2006 e também em 2014, sendo que neste último ano ocorreu uma participação feminina ainda maior nessa faixa de escolaridade em comparação ao ano de 2006.

Tabela 06: Número de trabalhadores na indústria formal por sexo e tempo de emprego

Tempo de emprego	2006				2014			
	Masculino		Feminino		Masculino		Feminino	
	Abs.	(%)	Abs.	(%)	Abs.	(%)	Abs.	(%)
Menos de 1 ano	41.443	20,13	23.044	11,19	56.308	20,33	31.765	11,47
1 a menos de 3 anos	37.023	17,98	24.085	11,70	51.998	18,78	32.419	11,71
3 a menos de 5 anos	20.673	10,04	15.742	7,65	22.733	8,21	14.252	5,15
5 ou mais anos	28.773	13,98	15.093	7,33	42.220	15,24	25.230	9,11
Ignorado	3	0,00	0	0,00	20	0,01	5	0,00
Total	127.915	62,13	77.964	37,87	173.279	62,57	103.671	37,43

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da RAIS (2006/2014).

Na tabela 06 consta o número de trabalhadores na indústria formal cearense por sexo e tempo de serviço. Pode-se notar que no ano de 2006, na indústria formal

cearense, 61% dos empregados representavam trabalhadores que estavam a menos de três anos no serviço. Em 2014 esse valor apresentou um sucinto aumento, elevando-se para 62,29%. Quanto ao número de mulheres empregadas na indústria estadual, pode-se dizer se segue esse mesmo padrão dos trabalhadores como um todo, visto que em 2006, de todos os empregados na indústria formal no Ceará, 22,89% eram mulheres com menos de três anos de serviço, percentual este que pouco variou, para 23,18% em 2014.

De maneira geral, é possível inferir que existe uma concentração de empregados na indústria do Ceará, tanto do sexo masculino como feminino, na classe de trabalhadores com menos de três anos de serviço, notando-se ainda um pequeno aumento na rotatividade destes entre 2006 e 2014. Isso significa dizer que grande parcela dos trabalhadores industriais cearenses estão mais suscetíveis ao desemprego. Todavia, o aumento do percentual de homens e mulheres com 5 ou mais anos de trabalho em 2014, é constatado que a participação dos trabalhadores com idade igual ou superior a 30 anos, sugere que trabalhadores cearenses estão conseguindo se manter por mais tempo em seus postos, e que, não só a possibilidade de uma indústria receptiva a trabalhadores mais maduros seja válida, mas também de permanência dos trabalhadores experientes.

Arrais (2007), ao analisar as modificações do mercado de trabalho industrial no Nordeste entre 1994 e 2004, justifica que as causas para a elevada concentração de trabalhadores com pouco tempo de serviço na região nesses períodos poderiam ter se dado pelas inovações tecnológicas na indústria, o surgimento de novos métodos de organização do processo produtivo industrial, bem como modificações no tipo de mão de obra utilizada com intuito de redução dos custos, optando pela terceirização de serviços, contratos temporários e oferta de estágios para jovens com pouca experiência no mercado.

Ao se analisar a remuneração dos trabalhadores da indústria formal cearense (Tabela 07), pode-se perceber que o número de trabalhadores formais empregados com rendimento menores que um salário mínimo se reduziu ligeiramente de 2006 para 2014, e isso tanto para os trabalhadores do sexo masculino, quanto do sexo feminino. Porém, vale destacar que essa redução foi nitidamente superior para os trabalhadores homens, que passaram de um percentual de 8,77% em 2006 para 6,61% em 2014, enquanto que as mulheres passaram de 4,79% para apenas 4,44%, ou seja, enquanto nesse período a

variação da participação masculina para essa faixa de renda foi de -2,16%, a feminina foi de apenas -0,35%.

Está bem evidente também na Tabela 07 que a maior porção dos trabalhadores da indústria cearense está concentrada no grupo que tem remuneração salarial entre um e dois salários mínimos nos dois anos analisados, sendo que dos empregados na indústria do estado 67,87% em 2006 e 68,76% em 2014 pertenciam a esse grupo. Vale destacar que, assim como na faixa de rendimentos menores que um salário mínimo, a mulher obteve novamente uma redução no percentual de participação na faixa salarial de um a dois salários mínimos entre o período 2006 a 2014 (-0,25%), enquanto os homens obtiveram um aumento de 1,14%. Nota-se também que, na faixa de rendimentos entre três e cinco salários mínimos ocorre uma pequena elevação da participação tanto dos trabalhadores homens como das mulheres.

Observa-se também na Tabela 07 que na classe de empregados com rendimentos superiores a cinco salários mínimos se encontra a menor parcela das pessoas que trabalham na indústria formal do Ceará, 6,61% em 2006 e 7,17% em 2014. O que se pode perceber é que os homens representavam a maioria dessa classe salarial, com percentuais de participação de 4,98% em 2006 e 4,97% em 2014. Porém, em 2014 ocorre uma redução relativa dessa desigualdade entre os sexos, já que se constata um aumento na participação de mulheres trabalhadoras nas indústrias com esses rendimentos, de 1,63% em 2006 para 2,2% no ano de 2014.

Tabela 07: Número de trabalhadores na indústria formal por sexo e rendimento em salário mínimo

Rendimento em salário mínimo (sm)	2006				2014			
	Masculino		Feminino		Masculino		Feminino	
	Abs.	(%)	Abs.	(%)	Abs.	(%)	Abs.	(%)
Até 1 salário	18.046	8,77	9.868	4,79	18.312	6,61	12.288	4,44
Mais de 1 a 2 sm	81.744	39,70	58.002	28,17	113.094	40,84	77.312	27,92
Mais de 2 a 3 sm	10.722	5,21	4.833	2,35	17.880	6,46	4.968	1,79
Mais de 3 a 5 sm	7.140	3,47	1.900	0,92	10.239	3,70	3.031	1,09
Mais de 5 a 10 sm	4.830	2,35	1.451	0,70	5.783	2,09	1.984	0,72
Mais de 10 a 20 sm	2.271	1,10	541	0,26	2.546	0,92	612	0,22
Mais de 20 sm	1.181	0,57	136	0,07	1.028	0,37	129	0,05

Sem declaração	1.981	0,96	1.233	0,60	4.397	1,59	3.347	1,21
Total	12.7915	62,13	77.964	37,87	173.279	62,57	103.671	37,43

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da RAIS (2006/2014).

De maneira geral, pode-se considerar que, apesar de irrisória, ocorre melhora nas condições de remuneração dos trabalhadores da indústria no estado do Ceará, visto que em 2006 o percentual de pessoas com remuneração superior a dois salários mínimos era de 18,57%, e em 2014 passou a ser de 20,19%. As condições de remuneração da mulher, em específico, também apresentaram uma mínima melhora, pois ao se comparar os dois anos estudados, pode-se ver que em 2006 dos 37,87% de mulheres empregadas na indústria estadual apenas 4,91% possuíam rendimento maior que dois salários mínimos, já em 2014 dos 37,43% de trabalhadoras empregadas na indústria cearense, 5,07% recebiam mais que dois s.m. Reduz-se o número de mulheres que ganham até 3 s.m. e aumentam-se as que ganham entre mais de 3 e 10 s.m. Os extratos maiores também se reduzem.

Apesar das mulheres terem perdido participação relativa na ocupação geral dos postos de trabalho na indústria do estado do Ceará, houve um aumento relativo entre os anos de 2006 a 2014 da ocupação de cargos com remuneração entre 3 a 10 salários mínimos tanto por parte das trabalhadoras como por parte dos trabalhadores do sexo masculino.

Considerações finais

Por fim, é importante destacar que o aumento do ingresso das mulheres nas atividades remuneradas no mercado de trabalho, é um fato que ocorreu precisamente no início do século XX, quando começara a se estabelecer neste período o uso de maquinário tecnológico com o intuito de aumentar a escala de produção.

Ao passo que a economia brasileira passou por um período de forte reestruturação produtiva nos anos 1990, quando a ação de ajuste imposta ao setor industrial passa a refletir nos postos de trabalho feminino acarretando na sua diminuição, no Ceará há um aumento de emprego industrial voltado para a classe trabalhadora feminina, sendo já superiores à masculina, mas apesar desse crescimento, os homens continuam sendo maioria no mercado industrial do estado.

As observações sobre o gênero feminino mostram que este possui maior escolaridade quando comparado ao gênero masculino na indústria do Ceará. No entanto, as discordâncias entre os gêneros são ainda existentes quando se comparam os salários; observa-se que a representação feminina se encontra precisamente concentrada em faixas salariais mais baixas. No mais, os honorários médios das mulheres são inferiores aos dos homens em todos os anos da série analisada.

Assim, pode-se afirmar que na indústria cearense, as mulheres ainda encontram desafios para tentar igualar as remunerações com a classe masculina. Elas ainda enfrentam barreiras frente a ascensão profissional ganhando menos que os homens, mesmo quando ocupam cargos equivalentes, com mais tempo de experiência profissional, estudo e enfrentam a mesma carga horária. Em vista disso, para que haja igualdade entre os gêneros, é preciso implantação de políticas públicas especiais com o intuito de minimizar ou extinguir a discriminação, ambicionando garantir a valorização da mão-de-obra feminina.

Referências

BARSTED, L. L.; PITANGUY, J. **O Progresso das Mulheres no Brasil 2003**. CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011. Disponível em:
<<http://www.unifem.org.br/sites/700/710/progresso.pdf>> Acesso em: 27 jul. 2015.

BRUSCHINI, Cristina, *ET AL.* Trabalho, renda e políticas sociais: avanços e desafios. IN. **O Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010** / Organização: Leila Linhares Barsted, Jacqueline Pitanguy – Rio de Janeiro: CEPIA ; Brasília: ONU Mulheres, 2011. Disponível em:
<<http://www.unifem.org.br/sites/700/710/progresso.pdf>> Acesso em: 27 jul. 2015.

CANO, W. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. São Paulo: Difel, 1977.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Clube de Autores, 2009.

GARDNER, J. E. **O Movimento de Liberação das Mulheres**. 2005. Disponível em:
<http://www.palavraprudente.com.br/estudos/_mulheres/joy_eg/cap01.html>
Acesso em: 30 ago. 2015.

HESSEN, R. **Os efeitos da revolução industrial nas mulheres e crianças**. Publicado em 1 de abril de 2015. Disponível em:

<<http://www.libertarianismo.org/index.php/artigos/os-efeitos-da-revolucao-industrial-nas-mulheres-e-criancas/>>. Acesso em: 13 set. 2015.

HIRATA, H.; HUMPHRE, J. O emprego industrial feminino e a crise econômica brasileira. **Revista de Economia Política**, vol. 4, n. 4, out-dez/1984.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. **Indicadores IBGE**. Pesquisa Industrial Mensal: Produção Física. 2015. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/industria/pim-pf/regional/pim-pf-regional_201501caderno.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2015.

_____. **Contas trimestrais**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=1846&z=t&o=1&i=P>> Acesso em: 25 jul. 2015.

_____. **Pesquisa Industrial Anual**. IBGE Estados. 2012. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/Estadosat/temas.php?sigla=ce&tema=piaempresa2012>>. Acesso em 25 mar. 2015.

IPECE - Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. **Ceará**. 2015. Disponível em: <<http://www.ipece.ce.gov.br>>. Acesso em: set. 2013.

_____. **Ceará em Mapas** – Indústria. 2012. Disponível em: <<http://www2.ipece.ce.gov.br/atlas/capitulo5/52.htm>> Acesso em: set. 2015

MACEDO, F. C.; LIMA JÚNIOR, F. O.; MORAIS, J. M. L. Dinâmica econômica e urbana cearense no início do século XXI. In: **Ceará: economia, urbanização e metropolização**. MORAIS, José Micaelson Lacerda; MACEDO, Fernando César de; LIMA JUNIOR, Francisco do O' de (orgs.), Crato; URCA, 2014. 174p.

OLIVEIRA, A. J. P.; SOUSA, F. J. P. A desconcentração industrial e o Nordeste: do Estado desenvolvimentista à globalização. In: **A economia do Nordeste na fase contemporânea**. BERNAL, Cleide (org.). OLIVEIRA, Alfredo José Pessoa de et al. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil; UFC. 2006, 326p.

PROBST, E. R.; RAMOS, P. A evolução da mulher no mercado de trabalho. **Santa Catarina: Instituto Catarinense de Pós-Graduação**, 2003.

RAMOS, M.; TORRES, F. **Novidade**: A igualdade está ficando igual. VEJA, São Paulo, Edição especial, n. 48, p.66-70, mai. 2000.

RAMOS, M. O.; ULBANERE, R. C.; JESUS, B. S. Mulheres no Mercado de Trabalho. **Revista Científica Integrada**, n. 4, 2014.

SETEC - SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA. **A Indústria do Estado do Ceará**, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/industr_ce.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2015.